

Governo terá que renovar o limite de endividamento do setor público

Divisão Pública
Mônica Izaguirre
De Brasília

26 OUT 2001

O limite autorizado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para contratação de novas operações de crédito bancário ao setor público está quase esgotado. Da linha total de R\$ 1 bilhão aberta em outubro do ano passado, o Banco Central já autorizou operações no valor de R\$ 747 milhões. Feitos por empresas estatais, Estados e municípios, os pedidos já apresentados e pendentes de exame no BC chegam a R\$ 456 milhões. Portanto, há mais pedidos do que crédito autorizado pelo CMN.

Segundo uma fonte governamental, esses números indicam que, dentro de muito pouco tempo, o CMN deverá aprovar a abertura de um novo limite. Se isso não acontecer, fora as operações consideradas excepcionais pelo conselho, o fluxo de crédito ao setor público será paralisado.

São exceções ao limite, por exemplo, os empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para que prefeituras e governos estaduais modernizem suas máquinas arrecadoras de impostos e contribuições.

26 OUT 2001

Havendo limite disponível, o BC costuma aprovar 90% dos pedidos apresentados por prefeituras, governos estaduais e empresas estatais para poder contrair empréstimos em bancos. Daí a expectativa de que o teto seja logo atingido.

Só não conseguem aprovação aqueles que não preenchem os requisitos exigidos pelas resoluções do Senado Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Mesmo no caso dos pedidos feitos por empresas estatais, é preciso, por exemplo, que o respectivo governo ou prefeitura esteja cumprindo exigências como a geração de superávit primário (receitas maiores do que despesas sem contar juros de dívida) e determinados limites de relação entre dívida e receita.

A regra geral de contingenciamento adotada pelo CMN em 1999, e ainda hoje em vigor, permite que os bancos destinem ao setor público o equivalente a até 45% do respectivo patrimônio líquido. Quando a regra foi criada, por este critério havia em tese um espaço próximo de R\$ 20 bilhões para contratação de operações novas. Por isso, o governo preferiu criar também um limite para contratação novas, inicialmente

de R\$ 600 milhões. Esgotado esse valor, no ano passado, o CMN autorizou mais R\$ 1 bilhão em contratações novas.

Nas discussões internas, o Banco Central é favorável à extinção do limite global, pois acredita que o limite por banco e a avaliação de risco de crédito por parte das instituições são uma barreira natural, capaz de impedir qualquer expansão desenfreada do endividamento público junto aos bancos. A tendência, porém, é de que continue a existir um teto global para o sistema financeiro conceder empréstimos ao setor público, já que esta tem sido a posição defendida pelos Ministérios da Fazenda e Planejamento.

No final de agosto, o estoque da dívida bancária das administrações diretas dos Estados chegava a R\$ 3,922 bilhões, segundo o BC. As prefeituras deviam aos bancos R\$ 1,742 bilhão. A dívida bancária das empresas estatais federais, também sujeitas ao contingenciamento de empréstimos bancários ao setor público, era de R\$ 2,66 bilhões na mesma data. As estatais estaduais deviam R\$ 3,83 bilhões e as empresas municipais, outros R\$ 137 milhões ao sistema financeiro.